

FOCUS

SOBRE ARMAS DE PEQUENO PORTE EM ÁFRICA NO 2, JUNHO 2002

Celebrou-se no dia 25 de Maio, o Dia de África, um dia que comemora a fundação da Organização da Unidade Africana em 1963. A OUA, nos seus esforços para procurar formas de alternativa para superar os obstáculos relacionados com o desenvolvimento económico, a boa governação, os estados de direito, a democracia e a prevenção de conflitos, tem vindo a trabalhar no sentido da criação da União Africana. A União Africana será inaugurada na Cimeira de Durban, na África do Sul, em Julho de 2002. Através dos mecanismos estabelecidos no enquadramento da União Africana, incluindo o CSSDCA e o NEPAD, a União Africana irá enfrentar os factores que estão a dificultar a paz e o crescimento económico em África.

Editorial

Décadas de conflitos em toda a África criaram uma situação de saturação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras no continente. Estas armas, com a sua capacidade letal, impedem o desenvolvimento em toda a África.

Para que a paz e a segurança possam ser sustentáveis em África, devem continuar a ser desenvolvidos esforços para combater a proliferação, circulação e tráfico ilícitos de armas de pequeno calibre e armas ligeiras a nível nacional, sub regional e regional. Na África Ocidental, a PCASED liderou as discussões que levaram à criação de Pontos Focais Nacionais, um passo importante no sentido da implementação da Moratória da CEEAO. Na África Austral o Protocolo para as Armas de Fogo está em franco processo de ratificação nos vários Estados Membros com vários países que já identificaram projectos práticos.

Angola, a enfrentar as convulsões de uma paz ainda frágil, começou já com o processo Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), já com mais de 60 mil combatentes da UNITA registados em campos de acantonamento.

O progresso de recuperação em África foi ainda mais impulsionado com as recentes eleições na Serra Leoa, que foram precedidas por um processo de construção da paz que incluiu vários programas de desarmamento, desmobilização e reintegração. Há medida que a estabilidade se for intensificando na Serra Leoa, os esforços para reduzir o número de armas em



circulação podem levar a uma diminuição do risco de armas a serem usadas para o crime e violência. Os países africanos com o esforço de criar a União Africana, estão a avançar a passos largos para um novo futuro. A União Africana, inclui nos seus princípios fundamentais a transformação da organização numa plataforma de paz e segurança que irá intensificar o desenvolvimento do povo do continente. Uma das áreas de tal plataforma é a luta contra a proliferação, circulação e tráfico de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. Espera-se que através de esforços concertados e harmonizados para a implementação de Declarações e Protocolos bem como da avaliação contínua destas medidas, acompanhadas de programas efectivos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração bem como de outros projectos práticos, será reduzida a procura e oferta ilícitas de armas de pequeno calibre e armas ligeiras.

ÍNDICE

Editorial	1
Destruição de excedentes de armas: o progresso na África do Sul.	2
Desmilitarizar a Juventude	3
Moçambique: A herança duradoura das minas ..	4
Garantir a Segurança nas Fronteiras do Uganda. .	4
Desafios da Paz em Angola: Implementação do Programa de DDR.	5
A Sociedade Civil e o Programa de Acção para Armas de Pequeno Porte das Nações Unidas.	6
Medidas de Controlo de Armas de Pequeno Porte: Prazos de Implementação	
• Protocolo de Armas de Fogo da ONU.	7
• Programa de Acção da ONU para Armas de Pequeno Porte	7
• Protocolo da SADC sobre as Armas de Fogo.	7
• Rede de Contactos da Sociedade Civil na África Ocidental	7
• Desmobilização na Eritreia	8
• Quênia: Destruição de armas ilegais apreendidas ..	8
• Plano Nacional de Implementação na Tanzânia ..	8
• Tratado de Proibição de Minas	8

Destruição de excedentes de armas

Nos últimos anos, o governo da África do Sul tem vindo a expressar publicamente uma preocupação profunda sobre o impacto das armas de pequeno porte nas comunidades da África Austral bem como sobre os efeitos devastadores que estas armas têm no processo de desenvolvimento e reconstrução na região.

A África do Sul está a aumentar os seus esforços para restringir a proliferação de armas através dos seguintes quatro programas específicos:

- Aumentar o controlo da posse legal de armas de fogo, parcialmente através da implementação da Lei de Controlo de Armas de Fogo da África do Sul, que será o aspecto mais relevante desta campanha.
- Impedir o movimento de armas de fogo ilegais através das fronteiras. Com tal objectivo o Gabinete da África do Sul tomou a decisão de fazer do Controlo da Linha de Fronteira um dos objectivos primários da Força Sul Africana de Defesa Nacional.
- Fortalecer os mecanismos para controlar a transferência e trânsito de armas. Uma Proposta de Lei para o Controlo de Armas Convencionais está a ser preparada actualmente para ser apresentada ao Parlamento.
- Garantir o controlo estrito das armas de fogo em poder do Estado e implementar uma política de destruição dos excedentes de armas.

Em 1998, a Comissão Nacional Sul Africana de Controlo de Armas Convencionais (NCACC) tomou a decisão de destruir todas as armas automáticas e semi-automáticas ou espingardas de precisão especialmente fabricadas e de calibre inferior a 12.7mm, de propriedade do Estado, que fossem redundantes e obsoletas ou estivessem incapacitadas bem como as que tivessem sido confiscadas. Esta decisão foi ratificada pelo Gabinete e em 1998, o Departamento da Defesa (DOD) tomou a decisão de destruir todas as armas excedentes, redundantes, obsoletas e as que tivessem sido confiscadas e se encontrassem em sua posse, num total de 271.867 armas de pequeno calibre.

O custo total desta operação de destruição de armas foi estimado em

1,9 milhões de Randes (US \$190,000). O Governo do Reino da Noruega e a Força Nacional Sul Africana de Defesa (SANDF) proporcionaram o financiamento do projecto. A Noruega contribuiu com 420 mil Randes e foi estimado que aproximadamente 450 mil Randes resultariam da venda da sucata de metal para superar as despesas totais.

Antes do processo de destruição ter início, foi necessário estabelecer a informação básica. Este trabalho envolvia a reunião de tal informação sobre os seguintes tópicos:

- Os tipos e quantidades de armas de pequeno calibre e armas ligeiras a serem destruídos.
- A localização destas armas.
- A intenção da colecta das armas em pontos centralizados ou descentralizados antes de ter início a sua destruição.
- O estado de conservação de tais armas.
- O método apropriado para a destruição e a localização de tal capacidade.
- O nível pretendido de auditoria e de verificação das armas.
- O método pretendido de transporte das armas e as implicações de custo de tal transporte.

- O nível de segurança pretendido de forma a proteger as armas.

Depois desta pesquisa inicial, foi adoptada uma abordagem de 4 fases que incluía:

- Colecta de dados
- Investigação sobre as opções de destruição
- Identificação e acesso aos recursos humanos, financeiros e de material
- Implementação

O PROCESSO DE DESTRUIÇÃO

O DOD seleccionou o processo de fragmentação que se concluiu ser mais efectivo em termos de custos e de tempo. O fragmentador corta, processa e comprime o metal em pequenos blocos. As 271.867 armas produziram 1,385,000 quilos de sucata de metal. O DOD recuperou 450.000 Randes do custo total do projecto através da venda da sucata de metal.

FACTORES DE CUSTOS

Em si, a destruição das armas não é um exercício oneroso. Na verdade um pequeno lucro é feito no processo de destruição com o valor do metal de sucata que é criado. São antes outros factores associados com o processo de destruição que influenciam o custo.

Para muitos países tais custos poderão ser algo proibitivos. Por isso listámos a seguir a experiência sul africana.

QUADRO 1: ARMAS DE PEQUENO PORTE DA SANDF DESTRUÍDAS

Tipo	TOTAL
7.62mm R1 Espingarda	198 506
7.62mm R1 Espingarda (Para-queda)	1 326
7.62mm M1 Espingarda	3 708
7.62mm R1 Cano Pesado	2 914
Bren Metralhadora Ligeira	3 637
Vickers Metralhadora	2 256
R2 Espingarda	12 237
Uzzi Metralhadora	1 259
12.7 Browning	412
AK47	6 000
PPSH	1 200
AKM	2 000
Outras armas de pequeno calibre (confiscadas)	36 412
TOTAL	271 867

a. Transporte. O transporte por via férrea ou por estrada são as únicas opções verdadeiras disponíveis, devido ao peso e volume das armas. Este é, possivelmente, o maior custo individual em que se incorre.

b. Verificação e auditoria. Com o objectivo de se demonstrar a transparência do processo, o DOD insistiu num

sistema rigoroso de verificação e

1. A lei está ao dispor no Website dos Serviços de polícia da África do Sul: <http://www.saps.org.za/fbill/index.htm>

Progresso da África do Sul

auditoria. Tal processo garantiria que a destruição de cada arma, partes sobressalentes e acessórios pudessem ser certificados. Trata-se de um processo de mão de obra intensiva que requer o empenho de muitos inspetores competentes e o envolvimento de recursos que, de si, são escassos. Este processo envolve, assim, bastante custos por um longo período, para subsídios de viagem, acomodação e subsistência.

c. **Segurança.** Dada a natureza do trabalho, a segurança durante o carregamento, transporte e destruição das armas foi de importância fundamental e não podia ser comprometida. Tal trabalho envolveu elementos de segurança e protecção, treino de protecção a colunas e a colecta de contra inteligência efectiva. Esta é outra das precauções onerosas.

Este artigo foi escrito por Nick Sendall, Director de Política de Recursos Materiais na Secretaria da Defesa e pelo General Brigadeiro Zondag, Director de Gestão de Logística no Gabinete do Chefe de Logística. Este artigo foi escrito na capacidade pessoal dos seus autores e não reflecte necessariamente a posição do Departamento de Defesa ou do Governo Sul Africano.

Desmilitarizar os Jovens: o Desafio de Inventar a Paz

Angela McIntyre

Para milhões de crianças Serra Leonesas, Angolanas e Congolanas, a paz transformou-se em qualquer coisa mítica, ou na melhor das hipóteses uma memória distante. Nas últimas décadas, os conflitos armados na Serra Leoa, Angola e na República Democrática do Congo levaram a destruição às populações civis, às infra estruturas e distorceram as economias. Estes conflitos conseguiram apagar efectivamente as linhas de divisão entre os alvos civis e militares e, no processo, fizeram com que, pura e simplesmente, fossem ignorados todos os valores e normas que protegem as crianças e os jovens. Em todas estas situações, populações inerentemente jovens foram praticamente raptadas através do processo de recrutamento de jovens para as forças armadas, muitos mesmo como soldados da linha da frente.

Para as gerações que cresceram no meio da guerra, os incentivos para a construção de uma sociedade pacífica já não podem servir de exemplo, por total desconhecimento do que, na realidade, é a paz. Para as crianças e os jovens que representam a vasta maioria da população da África dos nossos dias, a paz terá que ser inventada pela sua geração a partir do nada, para ser gozada por essa mesma geração. Para milhares de ex combatentes, a perspectiva de reintegração significa primeiro, enfrentar a desintegração de uma forma de vida na qual a ordem revolve em redor das armas e da violência.

Os governos que assinaram acordos internacionais para protegerem as crianças, desleixam as suas obrigações com a desculpa da guerra civil e continuam mesmo a depender das crianças como membros das suas

hostes militares. Contudo, a demografia indica-nos claramente que as razões de existência de Governos no Continente Africano, para além de terem que servir as crianças e os jovens, são quase não existentes. Mais de 50 por cento de muitas populações africanas consistem de crianças com menos de 18 anos enquanto que o grupo etário até aos 35 anos pode mesmo representar 70 por cento dessas populações. Será que estes governos se vão empenhar agora no apoio a incentivos sociais e económicos construtivos para garantir a participação da juventude na paz sustentável? O último ano não teve precedentes no empenho ao desarmamento que se tem registado. Em Janeiro de 2002 vimos o fim do desarmamento e a desmobilização das forças do governo, das forças para militares e dos rebeldes da Serra Leoa, encontrando-se entre elas, cerca de 5 mil crianças e muitos milhares mais de jovens adultos. A morte de Jonas Savimbi em Angola levou ao cessar fogo e ao processo subsequente de desmobilização e na República Democrática do Congo, continuam os esforços para se manter o cessar fogo enquanto as decisões políticas estão a ser tomadas.

Contudo, há ainda um elemento da construção da paz que necessita de atenção urgente, se se pretender que a juventude não carregue consigo eternamente um profundo sentimento de traição de que foi vítima pela perda da sua infância e pela perda de oportunidades de educação e económicas. Os jovens reconhecem o seu estatuto ambíguo, como vítimas e perpetradores da violência perante os olhos dos mais velhos. Mesmo assim, os exercícios de participação das crianças e jovens na resolução dos conflitos, são muito preciosos, por mais pequenos

PROTOCOLO

Sobre as Crianças e Conflitos Armados

O Protocolo Facultativo para a Convenção para os Direitos da Criança sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, entrou em vigor em Fevereiro de 2002. Até à data, 24 países de África assinaram o Protocolo, enquanto os seguintes 4 são Estados Parte: A República Democrática do Congo, o Quênia, a Namíbia e o Ruanda.

que sejam, e são também causa para um enorme optimismo.

Estudos feitos junto de ex combatentes crianças e jovens, revelam uma geração inteira que exige ir para a escola para aprender profissões e ofícios, para poder falar por si própria e para definir a sua própria paz de acordo com os seus próprios termos. A Sessão Especial sobre as Crianças realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Maio deste ano, criou um precedente para a participação das crianças. Só se pode esperar que os governos cumpram as suas promessas de participarem na criação de um Mundo Justo para as Crianças.

Quando a guerra terminar, começa a verdadeira resolução do conflito. Há medida que a Missão Internacional de Paz na Serra Leoa for chegando ao fim do seu trabalho, devem começar os exercícios locais de reconciliação. Isto não vai acontecer sem que sejam colocadas rédeas no potencial da juventude, desta vez para a paz e o progresso e fazendo destes jovens as verdadeiras partes interessadas da nova sociedade.

Moçambique: A Herança Duradoura das Minas

Noel Stott

Moçambique é considerado como um dos países Africanos mais afectados por minas e armadilhas. As minas foram colocadas durante a guerra civil que se prolongou por duas décadas e que terminou em 1992. As áreas minadas incluem aldeias, vilas, fontes de água, fontes de energia, postes de suspensão de linhas de transmissão eléctrica, barragens, estradas, trilhos, caminhos, pontes, linhas de caminho de ferro e instalações militares.

As estimativas mais respeitadas de minas e armadilhas plantadas em Moçambique, são os números usados pelas Nações Unidas que indicam que há dois milhões de minas naquele país. Contudo, estas estimativas estão baseadas principalmente nas revisões de admissões aos hospitais e registos de oficinas protéticas que são incompletos e não prestam informações sobre as vítimas que morreram antes de serem levadas para os hospitais. No período entre 1980 e 1993, o número total de vítimas de acidentes causados por minas, é estimado em cerca de 7 mil. Hoje, as minas continuam a dificultar os esforços e projectos de reabilitação e desenvolvimento.

Em 1997, Moçambique assinou e ratificou a Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Anti Pessoais e a sua Destruição (o Tratado de Proibição de Minas), que entrou em vigor em 1 de março de 1999. Apesar de Moçambique estar ainda a redigir a legislação para a sua implementação nacional, em Abril de 2002 o Governo de Moçambique anunciou que tinha destruído duas mil minas anti pessoais armazenadas na Moamba, uma localidade na Província do Maputo, e tinha também a intenção de destruir mais 30 mil, ao abrigo do Tratado de Proibição de Minas.

Em Agosto de 2001, o Instituto Nacional de Desminagem (IND) publicou os resultados do primeiro "Estudo de Impacto de Minas" feito no país. Levado a cabo pelo Corpo Internacional Canadiano de

Desminagem, o Estudo tinha como objectivo "coligir, registar e analisar informação sobre a localização de áreas minadas conhecidas, ou sob suspeita, em todo o país, e de proporcionar uma visão dos seus impactos sociais e económicos".

Este Estudo concluiu que virtualmente todas as áreas de Moçambique registam consequências sociais e económicas negativas tanto por causa das minas como da contaminação de material de guerra que não explodiu (UXO); que cerca de 791 comunidades rurais estavam afectadas pelas minas e 1374 comunidades viviam em áreas conhecidas como "Áreas Suspeitas de Possuírem Minas" (SMA).

Para além disso, os resultados do Estudo demonstraram que:

- As minas continuam a afectar as 10 Províncias;
- 9% da População é directamente afectada pelas minas;
- Incidentes envolvendo minas continuam a ocorrer (com cerca de 172 novas vítimas registadas durante os trabalhos do estudo);
- As Áreas Suspeitas de Possuírem Minas cobrem uma área de cerca de 562 quilómetros quadrados.

Presentemente trabalham na desminagem em Moçambique, vários operadores humanitários bem como várias outras agências humanitárias e comerciais. De acordo com a Campanha Internacional para a Proibição das Minas (ICBL), uma Força de Reacção Rápida para Desminagem (QRDF) está a ser estabelecida e será baseada em Moçambique, apesar de possuir competência Global.

Espera-se que o novo estudo proporcionará ao governo de Moçambique e às várias organizações mencionadas, as informações e os dados tão necessários ao desenvolvimento e implementação de um plano de acção de trabalho baseado nas prioridades e que seja também uma resposta correcta ao impacto sócio económico das minas.

Garantir a Segurança nas Fronteiras do Uganda

Eleanor Abrahams

A proliferação das armas de pequeno calibre e armas ligeiras continua a ser uma grave preocupação com consequências devastadoras para as populações civis - homens, mulheres e crianças. A propagação de armas através das fronteiras, muitas vezes sem serem detectadas, tem vindo a desestabilizar comunidades que vivem ao longo destas fronteiras. O banditismo, o crime e o roubo de gado tornaram-se actividades comuns ao longo da fronteira entre o Uganda e o Quénia.

Funcionários do Quénia e do Uganda identificaram, numa recente reunião conjunta, as armas de fogo ilegais como a principal causa do roubo de gado e banditismo ao longo da sua fronteira comum. O resultado destas actividades tem sido uma perda substancial de vidas humanas e um impacto muito negativo na forma de vida das populações. Os dois governos concordaram em trabalhar conjuntamente para pôr termo ao tráfico de armas e ao roubo de gado entre os dois países. Esta acção seguiu-se aos esforços contínuos do governo do Uganda no combate ao problema da proliferação de armas de pequeno porte, o que levou ao estabelecimento de uma comissão formal de desarmamento em 2001 e a esforços para desarmar grupos étnicos na região de Karamoja no Uganda em 2002.

A iniciativa de desarmamento em Karamoja tem vindo a ser implementada em duas fases. A primeira compreendeu um período de desarmamento voluntário de Karamojong proporcionando a amnistia até ao dia 15 de Fevereiro de 2002. De acordo com fontes de informação, apenas 7.676 armas, das esperadas 40 mil, foram recuperadas durante a fase voluntária.

Na sequência da amnistia, em Fevereiro de 2002, as Forças Populares de Defesa do Uganda lançaram uma operação de desarmamento obrigatório na região de Karamoja. Esta operação de Desarmamento envolveu métodos policiais na identificação e buscas em áreas pré determinadas. O método de desarmamento obrigatório teve lugar em paralelo com a continuação da iniciativa de desarmamento voluntário. Uma vez que o desarmamento de Karamoja continua a ser feito numa situação de crescente insegurança, o governo enfrenta o desafio de convencer os grupos étnicos na sub região do Nordeste de Karamoja para se desarmarem.

A guerra civil em Angola terminou formalmente no dia 4 de Abril de 2002 quando as duas partes beligerantes, o governo de Angola e a UNITA (União Nacional para a Total Independência de Angola), assinaram um acordo de cessar fogo com o título “Memorando de Entendimento Apêndice ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução dos Assuntos Militares Pendentes Conforme o Protocolo de Lusaka”.

Projectado para substituir os apêndices 3 e 4 do Protocolo de Lusaka de 1994, que se mantém para ambas as partes como o enquadramento aceite e legítimo para a paz em Angola,² este acordo de cessar fogo define:

- Uma lei de amnistia para todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado.
- As modalidades do cessar fogo
- A desmobilização, aquartelamento e conclusão do processo de desmilitarização das forças militares da Unita
- A integração dos generais e outros oficiais superiores, capitães e outros oficiais, sargentos e soldados da Unita, de acordo com as vagas estruturais existentes.
- A integração de generais e outros oficiais superiores da UNITA na força de polícia.
- A desmobilização do pessoal militar excedente da UNITA e a extinção das forças militares da UNITA.
- Reintegração profissional na vida nacional do pessoal desmobilizado da extinta força militar da UNITA.

Estruturas Institucionais

Duas estruturas institucionais foram criadas para supervisionar a coordenação e gestão deste processo: uma Comissão Conjunta Militar (CCM) e um Grupo Técnico (GT). A responsabilidade de promover e supervisionar o cumprimento do “Memorando de Entendimento” no seu todo, recai sobre a CCM que é chefiada por um representante militar do governo (presidente e membro executivo) e por um representante militar da UNITA (membro executivo). Como observadores permanentes a CCM inclui um representante militar das

Nações Unidas bem como um representante militar de cada um dos países observadores representados na “Troika” (Portugal, Estados Unidos e Rússia). As principais responsabilidades do GT incluem assistir a CCM no desempenho das suas funções, incluindo a preparação de horários detalhados e definição das actividades específicas a serem levadas a cabo. O GT é composto por não mais que 20 peritos militares das Forças Armadas de Angola e das Forças Militares da UNITA. Para além disso, cada um dos Observadores Permanentes contribui com não mais do que 10 peritos militares para o GT. Até ao momento foram já criados 9 GT regionais.

Não há qualquer disposição no acordo para que uma terceira parte venha a desempenhar formalmente o papel de monitoria e verificação (como foi o caso do mandato das Nações Unidas ao abrigo do Protocolo de Lusaka, que criou a UNAVEM III). De facto, ambas as partes regressaram à situação de estrutura institucional idêntica à utilizada em 1991-92, quando a responsabilidade da verificação e cumprimento do processo de desmobilização definido nos “Acordos de Paz de Bicesse” de 1991, recaía directamente sob as partes beligerantes representadas numa Comissão Conjunta Político Militar (CCPM).

O “Memorando de Entendimento” estipula o aquartelamento, desmilitarização e desmobilização (ADD) de um total de 50 mil soldados da UNITA. Para além disso, 300 mil membros das famílias vão ser apoiados em áreas adjacentes aos campos de desmilitarização. Este número por diferença foi já revisto várias vezes e

em 24 de Maio, 67.967 soldados da UNITA estavam aquartelados nestes campos (ver o quadro abaixo). Para além disso, em vez dos 27 campos de aquartelamento iniciais definidos no “Memorando de Entendimento” já estão instalados 35 locais de aquartelamento em 15 das 18 Províncias de Angola.

O horário tem vindo a ser objecto de várias alterações, particularmente relacionadas com o início do processo ADD que sofreu atrasos, devido a dificuldades técnicas e logísticas. Como consequência, em vez de entrar em vigor no dia a seguir à assinatura do “Memorando de Entendimento”, o dia 4 de Abril, o processo entrou em vigor oficialmente no dia 20 de Abril, data da primeira reunião oficial da CCM. Por isso a data de 20 de Abril foi identificada como DD+001 e o início do ADD (DD+002), o dia 21 de Abril. De acordo com este novo horário, o processo ADD devia ser completado no dia 7 de Junho (DD+047). O quadro abaixo, baseado em comunicados de imprensa feitos pela CCM, mostra como o processo se tem vindo a desenvolver até esta data.

Desafios e Constrangimentos

O processo ADD em Angola tem vindo a avançar a um ritmo invulgarmente acelerado, o que é, afinal, o reflexo das condições militares prevaletentes no final da guerra. A nível político, a Comissão de Gestão da Unita, tem sido consistente no seu desejo de pôr fim à guerra e cumprir as suas obrigações de acordo com o à ‘Memorando de Entendimento’. Não foi assinalada ainda nenhuma violação do cessar fogo e o aquartelamento das forças militares da UNITA tem vindo a processar-se numa forma excepcionalmente ordeira. ▶▶▶▶▶

² As partes reiteraram a sua aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídicos e políticos, em particular, o Protocolo de Lusaka e as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativas ao Processo de Paz de Angola.

QUADRO 1: AQUARTELAMENTO DAS FORÇAS DA UNITA E MEMBROS DA FAMÍLIA NO DD+033

	24 Abril	1 Maio	5 Maio	8 Maio	11 Maio	15 Maio	17 Maio	21 Maio	24 Maio
Soldados da UNITA	11,868	24,553	32,208	39,250	42,153	51,354	55,618	65,343	67,967
Membros de Família	12,202	33,697	57,073	71,575	73,800	91,234	106,763	145,819	159,659
Total	24,070	58,250	89,281	110,825	115,953	142,588	162,381	211,162	227,626

Desafios da Paz em Angola

Mesmo assim, devido em parte ao ritmo com que as tropas têm sido aquarteladas mas também como consequência da falta de planeamento adequado bem como de recursos e capacidade logística por parte do governo de Angola, a situação nas áreas de aquartelamento foi já descrita como crítica por várias organizações humanitárias. A CCM reconheceu recentemente que à chegada aos locais de aquartelamento, as forças militares da UNITA fazem face a vários níveis de má nutrição e sujeitam-se a várias doenças.

Esta situação crítica estende-se às áreas em redor dos campos de aquartelamento, onde 159.659 familiares estão instalados. A situação remota e de inacessibilidade destes locais de aquartelamento pioraram a situação.

No que diz respeito ao processo de desmilitarização, foram expressas preocupações em relação à discrepância entre o número de soldados já instaladas nas áreas de aquartelamento e o número de armas

que foram por eles entregues (ver o Quadro2). Este é um elemento essencial do processo de ADD e a garantia duma paz sustentável a curto prazo. A falta de capacidade logística adequada nas áreas de aquartelamento para a compilação das informações relacionadas com a identificação pessoal e o registo e verificação das armas, tem contribuído para atrasos no processo de desarmamento. Para além disso, observadores deste processo receiam que a UNITA poderá estar a atrasar a entrega de armas para garantir que todo o processo seja tratado correctamente. Apesar de, nesta

altura, o regresso à guerra ser muito pouco provável, a existência generalizada de armas é causa de preocupação, particularmente no que diz respeito a casos de banditismo e roubo.

QUADRO 2: A DESMILITARIZAÇÃO DA UNITA (ARMAS ENTREGUES ATÉ AO DIA 22 DE MAIO)

Provincia	Número de Áreas de Aquartelamento	Armas
Uige	2	2,479
Zaire	1	312
Bengo	2	754
Kuanza-Norte	1	966
Malange	2	1,327
Lunda Norte	2	1,212
Lunda Sul	2	614
Moxico	3	728
Huambo	5	4,448
Bie	3	1,727
Benguela	5	4,697
Kuanza Sul	2	2,066
Huila	1	1,642
Kunene	1	217
Kuando Kubango	3	1,988
TOTAIS	35	25,177

O programa de acção da ONU para Armas de Pequeno Porte: Envolvimento da Sociedade Civil

Richard Mugisha

A conferência das Nações Unidas sobre Armas de Pequeno Porte, realizada em Julho de 2002, foi o primeiro passo para o aumento do controlo de armas de pequeno porte. O ritmo que foi alcançado então, deve ser mantido.

Agora, o maior desafio é a interpretação do consequente programa de acção das Nações Unidas para as armas de pequeno porte. Muitas das suas cláusulas são vagas, o que poderá permitir fugas para lograr a sua implementação.

Contudo, o Programa de Acção, estipula um papel muito claro para as organizações da sociedade civil, para que trabalhem em apoio dos esforços para controlo da proliferação e abuso das armas de pequeno porte. Por exemplo, as ONG's deveriam tentar traduzir as iniciativas em línguas locais para

informação do público e ainda encorajar os vários países a fazerem o mesmo. Isto fará com que o trabalho de consciencialização e disseminação de informação seja mais fácil. É importante ter em mente que em África há muito grupos étnicos, muitas línguas e dialectos. Isto representa a fibra social que deve ser constantemente respeitada. Qualquer iniciativa sobre as armas de pequeno porte deve ser

suficientemente inclusiva para poder beneficiar as comunidades.

As ONG's irão desempenhar um papel mais importante na monitoria da implementação do programa de acção. Avaliações periódicas irão necessariamente ser feitas em paralelo com os programas de pesquisa, advocacia, consciencialização e educação pública.

“Tenho dito muitas vezes que a guerra é o pior inimigo do desenvolvimento e que o desenvolvimento alargado é a melhor forma de, a longo prazo, evitar conflitos.

Quase todo o trabalho das Nações Unidas tem como objectivo, duma forma ou de outra, a interromper o ciclo vicioso de depravação e conflito e a substituí-lo pelo ciclo de virtude do desenvolvimento e da paz. ”

Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan

Medidas de Controlo de armas de pequeno

Actualização sobre a implementação

Protocolo das Nações Unidas sobre Armas de Fogo Ilegais

O Protocolo das Nações Unidas sobre as Armas de Fogo Ilegais foi adoptado em Maio de 2001 como um suplemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Trans Nacional Organizado. O protocolo é legalmente compulsivo e inclui medidas para pôr termo ao tráfico e fabricação ilegal de armas de fogo a nível internacional. As cláusulas principais incluem:

- Normas internacionais sobre a marcação das armas a nível de fabricação e importação.
- Criminalizar a fabricação, tráfico ou posse ilegal regulado pela lei nacional.
- Confisco de armas ilícitas e a sua armazenagem ou destruição
- Sistemas normativos de controlos de importação e exportação, incluindo certificados de utilização eventual.
- Sistemas para registo e licenciamento de negociantes de armas.
- Troca de informações, treinamento e assistência técnica

Os primeiros dois países a ratificar o Protocolo foram o Mali e o Burkina Faso. Outros seis países africanos assinaram o Protocolo até ao dia 1 de Junho de 2002.

Programa de Acção das Nações Unidas sobre Armas de Pequeno Porte

O Programa de Acção das Nações Unidas sobre Armas de Pequeno Porte é o documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Armas de Pequeno Porte realizada em Julho de 2001. O Programa de Acção foca uma série de medidas a serem implementadas pelos países a nível nacional, regional e internacional para o controlo das armas de pequeno porte e para evitar o tráfico ilícito destas armas. Apesar de não ser legalmente compulsivo, o Programa de Acção foi adoptado por consenso pela Assembleia Geral das Nações Unidas e constitui um importante passo nos esforços para se alcançar, a nível global, uma agenda comum para o controlo das armas de pequeno porte.

As principais cláusulas deste programa de acção, incluem:

- Estabelecimento de organizações nacionais de coordenação.

- Protocolo de Armas de Fogo da ONU
- Programa de Acção da ONU para Armas de Pequeno Porte
- Protocolo da SADC sobre Armas de Fogo
- Desmobilização da Eritreia
- Quénia: Destruição de armas de fogo ilegais apreendidas
- Plano de Implementação Nacional da Tanzânia
- Tratado de Proibição de Minas

- Legislação e regulamentos para controlar a importação e exportação de armas.
- Colecta e destruição do excedente de armas
- Criminalizar as violações de embargos de armas e fabricação, posse e utilização ilegal de armas de pequeno calibre
- Gestão da armazenagem de armas de propriedade do estado.
- Controlo de negócio de armas
- Normas internacionais sobre a busca e marcação
- Apoio para assistência técnica, capacitação e treinamento.
- Reuniões bianuais sobre a situação (2003 e 2005)
- Conferência de revisão em 2006
- Relatórios nacionais anuais para a ONU

Foi criado um grupo de peritos para discutir a viabilidade de um regime de buscas internacionais. Reunir-se-á três vezes por ano, sendo a primeira reunião em

Julho de 2002, antes de apresentar o relatório à Assembleia Geral em 2004.

Protocolo de Armas de Fogo da SADC

Até à data, três Estados Membros ratificaram o Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e outro Material Relacionado. O Protocolo entrará em vigor depois de dois terços dos 14 Estados Membros da SADC o terem ratificado.

Rede da Sociedade Civil na África Ocidental

Uma reunião de organizações da sociedade civil na África Ocidental resultou no lançamento da Rede de Acção para Armas de Pequeno Porte da África Ocidental (WAANSA), uma rede regional da Rede Internacional de Acção para Armas de Pequeno Porte (IANSA). A conferência reuniu ONG's de vários países da África Ocidental que discutiram vários assuntos, incluindo segurança e armas de pequeno porte, prevenção de conflitos e a reforma do sector da segurança. Um grupo



Medidas de controlo de armas de pequeno porte -

Actualização sobre a implementação

coordenador de representantes de ONG's à do Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Níger, Nigéria, Mali, Senegal e Serra Leoa, criarão pontos focais para colecta e troca de informações entre os seus membros, sobre todos os aspectos do comércio ilícito de armas de pequeno porte. (IRIN, 22 May 2002)

Eritreia: Desmobilização

Em Maio realizou-se o lançamento da primeira fase da desmobilização de 5 mil soldados Eritreus num projecto piloto que antecede a desmobilização de 200 mil soldados homens e mulheres.

Quénia: Destruição de armas ilegais confiscadas.

O governo do Quénia anunciou planos para destruir, pelo fogo, cerca de 20 mil armas ilegais confiscadas. A queima das armas terá lugar numa cerimónia pública, ainda este ano, e reitera o empenho do Quénia em resolver a questão da proliferação de armas de pequeno calibre e armas ligeiras. O Ponto Focal Nacional do Quénia (KNFP) foi criado como uma iniciativa interministerial para coordenar e implementar políticas e programas para o combate ao tráfico ilícito de armas de pequeno calibre e armas ligeiras, incluindo uma revisão da Lei Nacional de Armas de Fogo que está presentemente em curso.



P O Box 3243, Addis Ababa, Ethiopia
Tel: +251 151 3822 Fax: +251 151 9321
email: oau-ews@telecom.net.et

Visite o Website da OAU sobre Armas de Pequeno Porte: www.small-arms.co.za and the ISS website www.iss.co.za

Este boletim informativo é financiado pelos doadores do Programa de Gestão de Armas no Institute for Security Studies.



ISS Arms Management Programme,
P O Box 1787, Brooklyn Square, Pretoria 0075.
Tel: +27 12 346 9500 Fax: +27 12 460 0998
email: iss@iss.co.za



Tanzânia: Implementação do Plano Nacional para as Armas de Pequeno Porte

O governo da Tanzânia continua a pôr em prática a implementação do seu plano nacional para gerir as armas no país. O plano, com três pilares, foi iniciado em Fevereiro de 2002. Um estudo para analisar as atitudes e percepções das comunidades sobre as

armas de pequeno porte foi conduzido em 2001. Os resultados foram publicados pelo "Institute for Security Studies and Saferworld" em Março de 2002 (publicação ao dispor no www.iss.co.za).

Tratado de Proibição de Minas

A partir de 25 de Maio

de 2002, 48 países Africanos contavam-se entre os Estados parte do Tratado da Proibição de Minas. A República Democrática do Congo é o país Africano que mais recentemente concordou com o Tratado (2 de Maio de 2002). Os países Africanos que ainda não concordaram com o tratado são a República Centro Africana, as Comores, o Egipto, a Líbia, Marrocos e a Somália.

Oito anos de Operações Rachel

Os serviços de Polícia de Moçambique e da África do Sul terminaram há pouco tempo a sua mais recente operação conjunta para destruir esconderijos de armas em Moçambique. A Operação Rachel 8 (1) realizou-se por um período de três semanas durante o mês de Maio. Cobrindo oito das dez províncias de Moçambique, a operação conjunta policial localizou e destruiu mais de 2.200 armas de fogo e 1 milhão e 200 mil munições.

O programa da Operação começou em 1995 como forma de destruir os esconderijos de armas deixados em Moçambique depois de terminar a guerra civil. As operações têm vindo a alastrar-se pelo país, longe das suas fronteiras com a África do Sul e em áreas mais remotas de Moçambique. Até à data, foram conduzidas 18 operações e destruídas 21.600 armas de fogo, 1.600 minas anti pessoais e 5,1 milhões de munições (ver o quadro a seguir)

O sucesso das operações depende da cooperação existente com as comunidades locais, que tem conhecimento dos locais onde se encontram os esconderijos de armas. Esta informação é utilizada para encontrar os esconderijos para onde são enviadas equipas para destruir as armas, munições e explosivos o que é feito no próprio local. Com o financiamento da União Europeia e apoio do sector privado da "Delta Motor Corporation" da África do Sul, a Operação Rachel irá prosseguir durante o ano de 2002.

Quadro: Armas destruídas 1995 - 2002

Armas destruídas	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 (até Maio)
Armas de pequeno calibre e armas ligeiras	1,127	488	5,683	4,388	2,314	1,532	1,380	2,246
Minas Anti pessoal	95	577	362	410	28	51	46	4
Munições	23,531	136,639	3,000,000	155,314	108,937	85,112	177,000	1,200,000